

PAULO ROBERTO DOS SANTOS CORVAL

**PROJETO DE DISCIPLINA DE 45 H (15 ENCONTROS DE 3H) COM
ADERÊNCIA À LINHA DE PESQUISA NA LINHA DE PESQUISA
“INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL” (ART. 8º, IV, DA RESOLUÇÃO Nº 07/2014)**

ESTADO CONSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Niterói
2018**

EMENTA:

Estado, Constituição e constitucionalismo no século XXI. Estado constitucional na América Latina. Experimentalismo constitucional. Capitalismos e regimes de bem-estar social. O Estado em ação: políticas públicas, desenvolvimento e promoção dos direitos fundamentais. Análise de políticas públicas. Processo das políticas públicas, instrumentos analíticos e metodológicos.

JUSTIFICATIVA:

As políticas públicas configuram o Estado em ação governamental. Trata-se, de ordinário, da atuação de uma autoridade local, regional ou nacional no sentido de modificar, por meio de um programa coordenado de ações, o âmbito político, social, cultural e econômico de variados atores sociais considerados em regra pela lógica setorial. Consubstanciam as políticas públicas espaços em que múltiplos atores se encontram para tentar construir e experimentar uma visão de mundo, decodificando e recodificando a realidade social a partir de uma imagem sobre a qual se quer intervir e que servirá de referência organizadora aos participantes da política. Especialmente no apelidado Estado Constitucional soerguido na segunda metade de século XX o Direito, como linguagem do poder e signo de pertencimento e inclusão na comunidade política, perpassa a construção, a definição e a delimitação dos efeitos diversificados das políticas públicas. Mostra-se, assim, cada vez mais, imprescindível pensar o Direito, nomeadamente o Direito Constitucional e demais segmentos do Direito Público, a partir das suas interconexões com os estudos do Estado em movimento, avançando, ainda, a demanda transdisciplinar que neste século XXI tem recaído sobre o nosso campo epistêmico. Enfim, levar a efeito o exame dessas interconexões com a atenção voltada à América Latina, ainda que de maneira introdutória, é imperativo para contribuir com o propósito de mitigar o significativo esquecimento jurídico do nosso *locus* de inserção sem deixar de levar em conta as expressões de universalidade que a globalização potencializa.

OBJETIVOS:

Busca-se, com a disciplina, problematizar as interações entre os campos epistêmicos do Direito, da Política e da Economia ao aproximar a reflexão jurídica dos estudos atinentes às políticas públicas e ao desenvolvimento. Mobilizando conceitos e compreensões de diferentes áreas do saber, espera-se contribuir para o melhor

entendimento do Direito Contemporâneo e sua normatividade no Estado constitucionalizado, ordenado pelo instrumental das políticas públicas e voltado à promoção do desenvolvimento humano. Tem-se em vista, ademais, apresentar aos discentes as principais perspectivas teóricas e metodológicas atinentes à análise das políticas públicas. Sem deixar de considerar essas interações no contexto da América Latina, enfim, deseja-se não somente lançar luz nas experiências institucionais dos países mais próximos histórica e geograficamente do Brasil como também observar, ainda que introdutoriamente, eventuais interseções e peculiaridades atinentes à região.

METODOLOGIA:

A disciplina será levada a efeito mediante aulas expositivas, seminários teóricos e atividades de leitura, discussão e estudo de casos capazes de contribuir para a capacitação à docência e à pesquisa. A atuação discente proativa e a realização de leituras e estudos extraclasse serão estimuladas e necessárias ao adequado cumprimento dos objetivos propostos. As exposições, atividades e seminários se integram na composição da disciplina em blocos temáticos. A exposição docente volta-se à introdução dos conceitos e modos de pensamento relativos ao recorte temático-disciplinar. As atividades de discussão e possíveis estudos de casos servem à fixação problematizada das exposições docentes. Os seminários, que poderão ser realizados individualmente ou por meio de parcerias de trabalho, fecham o ciclo de transmissão de saberes, promovendo reflexão crítica e capacidades pesquisadoras.

AVALIAÇÃO:

A avaliação do discente se dará pelo acompanhamento da sua participação nas aulas e nas atividades propostas, com atribuição de nota até 1,5 (dois), bem assim pelo exame dos conteúdos apreendidos, mobilizados criticamente e estruturados metodologicamente por meio da entrega de fichamento(s) e/ou apresentação(ões) de seminário(s), com atribuição de nota até 3,5 (três), e entrega de artigo científico ou relatório de pesquisa, ao final do curso, com atribuição de nota até 5,0 (cinco). Conforme disposto no Regimento Interno do PPGDC, as notas “vão de 0 (zero) a 10 (dez)” e a aprovação é condicionada à frequência obrigatória de pelo menos 75% da carga horária da disciplina e nota final igual ou superior a 7,0 (sete). O artigo científico, entre 15 a 25 páginas, deverá se conformar às normas de formatação da ABNT e/ou instruções veiculadas em sala de aula.

OBSERVAÇÕES:

A fim de harmonizar de modo mais adequado os objetivos propostos aos interesses e projetos de pesquisa individuais dos discentes inscritos (bem como ao quantitativo de inscritos), a programação e as referências bibliográficas poderão ser adaptadas e modificadas no decorrer da execução da disciplina.

PROGRAMA COM REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Unidade I – Estado constitucional na América Latina. A fim de contribuir para o levantamento de questões e problemáticas busca-se, nesta unidade, uma compreensão sintética e contemporânea a respeito do Estado, da Constituição e do constitucionalismo no recorte latino-americano.

Aula 1: Apresentação da disciplina. Estado. Estado constitucional e experimentalismo democrático.

Bibliografia (disponível antes do início do curso para discussão em sala de aula):

Obrigatória:

HAY, Colin; LISTER, Michael; MARSH, David (edt.). *The State: theories and issues*. New York: Palgrave Macmillan, 2006, p. 1-20; 248-261.

UNGER. Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. In: *Revista de Direito Administrativo (RDA)*, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011

ZAGREBELSKY, Gustavo. Del Estado de Derecho al Estado constitucional. In: _____. *El Derecho Dúctil. Ley, direitos, justicia*. Traducción de Marina Gascón. Madrid: Editorial Trotta, 2007, p. 22-45. Disponível em: <https://edwinfigueroag.wordpress.com/2013/03/19/del-estado-de-derecho-al-estado-constitucional-articulo-gustavo-zagrebelsky-italia/>

Complementar:

BOSCHI, Renato. Estado Desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. In: Ponto de Vista (Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo da IUPERJ-UCAN), 2010, 2, 1-34.

GODOY, Arnaldo S. de M.. *Democracia Radical & Experimentalismo Institucional*. Barueri: Minha Editora, 2008.

GUTARRA, Edwin Figueroa. *Dimensiones Del Estado neoconstitucional*. Disponível em: <https://edwinfigueroag.wordpress.com/dimensiones-del-estado-neoconstitucional/>

PELAYO, Manuel García. Estado Legal y Estado Constitucional de Derecho: El Tribunal constitucional Español. In: ILANUD, s/d, año 9-10, p. 7-32.

TEIXEIRA, Carlos Sávio. Experimentalismo e democracia em Unger. *Lua Nova* [online]. 2010, n.80, p.45-69. Disponível em: www.scielo.br.

UNGER, Roberto Mangabeira. *What should legal analyses become?* New York: Verso, 1996, p. 6-28 e 129-147. Disponível em: <http://www.robertounger.com/en/>.
_____. *Democracy realized: the progressive alternative*. New York: Verso, 1998, p. 1-29. Disponível em: <http://www.robertounger.com/en/>.

Aula 2: Estado constitucional na América Latina.

Bibliografia (disponível antes do início do curso para discussão em sala de aula):

Obrigatória:

GARGARELLA, Roberto. El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano: promesas e interrogantes. Disponível em: http://www.palermo.edu/Archivos_content/derecho/pdf/Constitucionalismo_atino_americano.pdf

PASTOR, Viciano Roberto; DALMAU, Rubén Martínez. ¿Se puede hablar de un Nuevo Constitucionalismo Latino Americano como corriente doctrinal sistematizada? Disponível: <http://www.juridicas.unam.mx/wcc/ponencias/13/245.pdf>.

RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. Editora UNB, p. 1-13.

Complementar:

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *Revista Ecquador Debate*, Quito, n° 75, p. 33-48, 2005. Disponível em: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/4162>.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Latin American Democratization since 1978: Democratic Transitions, Breakdowns and Erosions. In: HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott (eds.). *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. New York: Cambridge University Press, 2005. (Introdução e Capítulo 1).

Aula 3: América Latina, política e economia.

Bibliografia (disponível antes do início do curso para discussão em sala de aula):

Obrigatória:

BERCOVICI, Gilberto. Constituição e política: uma relação difícil. *Lua Nova* [online]. 2004, n.61, pp.5-24. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452004000100002>.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L. Democracia e eficiência: a difícil relação entre política e economia no debate contemporâneo. In: *Revista de Economia Política*, vol. 32, n° 4 (129), pp. 615-633, outubro-dezembro/2012.

MEDICI, Alejandro. Los poderes innominados del constitucionalismo latinoamericano. *Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales*, n° 8, p. 55-73, jul-/dec, 2012.

Complementar:

CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M (edts). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro Brasília*. IPEA, 2014. Capítulos 1, 2, 3 e 4.

- CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 13-48; 49-74; 75-90; 115-144; 163-176; 177-196; 261-277.
- F.;LEIBFRIED, S.;LEWIS, J.;OBINGER, H.;PIERSON, C. (eds.). *The Oxford Handbook of the welfare state*. Oxford: Oxford University Press, 2010. Caps. 5, 6,39 e 44.
- FURTADO, Celso. *Economic development of Latin America*. 2 ed.. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, p. 1-41.
- _____. *A economia latino-americana*. São Paulo: Editora Nacional. 1976 (há outras edições).
- KERSTENETZKY, C.L.. *O Estado do bem-estar social na idade da razão*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012. Caps. 6-8.
- _____. O estado (de bem-estar social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD105.pdf>
- LANZARO, Jorge. La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y La social-democracia. *Working Paper 91 de Facultad de Derecho de Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid, 2008, p. 1-48. Disponível em: http://www.uam.es/ss/Satellite/Derecho/es/1242658791834/listadoCombo/1242658791834.htm?busca_combo=1242659633362%3ADER_Multimedia_FP&x=12&y=6.
- PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Caderno do Desenvolvimento*, v. 6, n. 9, jul-dez, p. 121-141.
- RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Editora UNB.
- WEISS, Linda. A volta do Estado: aprendendo com os BRICs? O Estado de transformação: volta, renovação, ou redescoberta? In: *Desenvolvimento Debate*. Rio de Janeiro: INCT/UFRJ, v.2, n.1, p.9-31, janeiro-abril 2011.

Unidade II – Políticas Públicas. Volta-se, nesta unidade, em caráter formativo, à compreensão do instrumental analítico das políticas públicas e sua interconexão com o Direito.

Aula 4: Política e políticas.

Bibliografia

Obrigatória:

- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulo 1.
- MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Eduff, 2018, p. 7-32.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 7-29. Introdução e Capítulo 1.
- STEIN, E., TOMMASI, M; ECHEBARRÍA, K.; LORA, E.; PAYNE, M.. (Coord.). *La política de las políticas públicas*. Washington, DC: BID, 2006. Capítulo 1.

Complementar:

- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S.. Two Faces of Power. In: *The American Political Science Review*, Volume 56, Issue 4 (Dec., 1962), 947-952.

- FIGUEIREDO, M. e FIGUEIREDO, A. Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. In: *Revista João Pinheiro*, 1986.
- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulos 2, 3, 4, 15 e 44.
- HAY, Colin. *Political Analysis*. New York: Palgrave, 2002, p.1-58; p. 59-88; p. 168-193. Capítulos 1, 2 e 5.
- NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. Relações de Medida na Política. In: O que há de político na política? São Paulo: UNESP, 1999, p. 19-57.
- RISSE, Thomas (edt.). *Governance without a State: policies and politics in areas of limited statehood*. New York: Columbia University Press, 2011. Capítulo 1.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: strategies of analysis in current Research. In: EVANS, P., RUECHEMEYER, D., e SKOCPOL, T. (edt.). *Bringind the State Back In*. Cambridge University Press, 2002[1985], p. 3-44.
- SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: Hochman, G., Arretche, M., Marques, E. (orgs.) *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

Aula 5: Formulação e processo de políticas públicas.

Bibliografia

Obrigatória:

- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulo 10 e 16.
- MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Eduff, 2018, p. 51-84.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Capítulos 2, 3 e 4.
- STEIN, E., TOMMASI, M; ECHEBARRÍA, K. (Edt.). *Police making in Latin America: how politics shapes policies*. Washington, DC: IDB, 2007, p. 1-28. Capítulo 1.

Complementar:

- CAPELLA, Ana C. N.; BRASIL, Felipe G. A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. *Teoria&Política Revista de Ciência Política*. São Carlos (SC), vol. 24, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2015 <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.24211>.
- _____. Perspectivas teóricas sobre processo de formulação de políticas públicas. In: Hochman, G., Arretche, M., Marques, E. (Eds). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- HEIDBREder, B.. Agenda Setting in the States: How Politics and Policy Needs Shape Gubernatorial Agendas, *Politics & Policy*, Volume 40, No. 2, 2012, p. 296-319
- CRAFT, Jonathan; HOWLETT, Michael. Policy formulation, governance shifts and policy influence: location and content in policy advisory systems. *Cambridge, Jnl Publ. Pol.*, 32, 2, 79–98, 2012. doi:10.1017/S0143814X12000049.

- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulos 24.
- HAY, Colin. *Political Analysis*. New York: Palgrave, 2002, p.1-58; p. 59-88; p. 168-193. Capítulos 3, 4 e 6 (e conclusão).
- LOWI, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. In: *Public Administration Review*, 1972, 32, p. 298-310.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 51-76.
- RODRIGUEZ, X. Experiencias de participación y Estado comunal (1999-2015). Hacia la configuración de políticas públicas locales. *Ehquidad International Welfare Policies and Social Work Journal*, 6, 71-88, 2016. doi: 10.15257/ehquidad.2016.0009.
- STEIN, E., TOMMASI, M; ECHEBARRÍA, K. (Edt.). *Police making in Latin America: how politics shapes policies*. Washington, DC: IDB, 2007, p. 1-28. Capítulos 3, 5, 6 e 9.
- ZITOUN, Philippe. *The political process of policymaking: a pragmatic approach of public policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

Aula 6: Atores nas políticas públicas.

Bibliografia

Obrigatória:

- MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Eduff, 2018, p. 33-50.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 77-98.
- STEIN, E., TOMMASI, M; ECHEBARRÍA, K. (Edt.). *Police making in Latin America: how politics shapes policies*. Washington, DC: IDB, 2007, p. 29-68. Capítulo 2 e 7.

Complementar:

- AGUIAR, Osmar de Oliveira. Os atores-chave no processo decisório no âmbito das comissões permanentes. *E-Legis*, Brasília, n. 12, p.137-152, set./dez. 2013.
- ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil. A inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 33, n. 96, 2018, pp. 1-23.
- BELLO, Enzo. *A cidadania no constitucionalismo Latino-americano*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. Introdução e Capítulo 1.
- BYCE, Herrington J.. *Players in the public policy process: nonprofits as social capital and agents*. 2ª ed.. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulos 20 e 23.
- HECLO, Hugh. (1978), Issue Networks and the Executive Establishment. In: A. King (ed.), *The New American Political System*. Washington, DC, American Enterprise Institute, p. 87-124, 1978.

- LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Participação política no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015.
- LEÓN, Magdalena. Son posibles las políticas públicas frente a las transnacionales? In: Lan Harremanak/33 (2015-II) (103-112). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5439902>.
- RISSE, Thomas (edt.). *Governance without a State: policies and politics in areas of limited statehood*. New York: Columbia University Press, 2011. Capítulo 3.
- SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M.. The advocacy coalition framework: innovations and clarification. In: Sabatier, Paul A. (edt.) *Theories of the Policy Process*. 2ª ed.. Boulder, CO: Westview Press, 2007.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Capítulo 5.

Aula 7: Implementação e avaliação de políticas públicas.

Bibliografia

Obrigatória:

- HILL, M.; HUPE, P.. *Implementing public policy: governance in theory and in practice*. London: SAGE, 2009. Capítulos 1 e 2.
- DEUBEL, André-Noël Roth. *Políticas públicas, formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Aurora, 2009. Capítulo 5

Complementar:

- FARIA, Carlos Aurélio P.. A política da avaliação de políticas públicas. In: Rev. Bras. Ci. Soc., 2005, v. 20, n. 59.
- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulos 34, 35, 36, 38 e 39.
- HILL, M.; HUPE, P.. *Implementing public policy: governance in theory and in practice*. London: SAGE, 2009. Capítulos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 99-146.
- DEUBEL, André-Noël Roth. *Políticas públicas, formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Aurora, 2009. Capítulo 5.

Aula 8: Abordagens para a análise de políticas públicas.

Bibliografia

Obrigatória:

- MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Eduff, 2018, p. 85-118.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 30-50.

Complementar:

- CAPOCCIA, Giovanni. Critical Junctures. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETTI, Tullia G.; SHEINGATE, Adam. *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press, 2016. E-book. Localização na versão pdf.: p. 118-140.
- FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M.; TÓVOLI, Marina H. (Eds.). *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2015. Capítulos 1-4; 11-12.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Edt.). *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2014.
- GOODIN, R., REIN, M. e MORAN, M. The public and its policies. In: Moran, M. Rein, M. e Goodin, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Capítulos 5 a 9; 40 e 41.
- HALL, P.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.
- HAY, Colin. *Political Analysis*. New York: Palgrave, 2002, p. 194-215.
- _____. Discursive Institutionalism. In: CAMPBELL, John L.; PEDERSEN, Ove K. (edt.) *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 193-218.
- _____.; RAYNER, Jeremy. Understanding the historical turn in the policy sciences: A critique of stochastic, narrative, path dependency and process-sequencing models of policy-making over time. In: *Policy Sciences* (2006) 39: 1–18. DOI: 10.1007/s11077-005-9004-1.
- LOWNDES, Vivien; ROBERTS, Mark. *Why institutions matter: the new institutionalism in political science*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (edt.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LAHERA, Eugenio. Economía política de las políticas públicas. In: *Economía Unam*, V. 1, n. 002, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ecu/article/view/2802/2362>
- PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *The American Political Science Review*, v. 94, n. 2, p. 225-267, jun., 2000.
- _____. *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Campus, 1994 [1979].
- THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. In: *Lua Nova* [online], São Paulo, 2003, n. 58, p. 225-254. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a11n58.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.
- SCHMIDT, Vivien A. *Discursive Institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse*. In: *Annual Review of Political Science*, v. II, p. 303-326, 2008.
- _____. *Institutionalism*. In: HAY, Colin; LISTER, Michael; MARSH, David (edt.). *The State: theories and issues*. New York: Palgrave Macmillan, 2006, p. 98-117.

Unidade III – Direito e Políticas Públicas. Volta-se, nesta unidade, a um esforço de delineamento da relação do campo epistêmico do direito com as políticas públicas.

Aula 9: Direito, Instituições e Desenho Institucional

Bibliografia

Obrigatória:

- BOLONHA, Carlos; SOUZA, Rafael Bezerra de. Teorias jurídicas contemporâneas: uma análise crítica sob a perspectiva institucional. In: *Direito, Estado e Sociedade*, n.43 p. 162 a 183, jul/dez 2013.
- PINTORE, Anna. Institutionalism in law. In: *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Version 1.0, London and New York: Routledge, 1998.
- VERMULLE, A.. *Mechanisms of Democracy Institutional Design Writ Small*. Oxford: Oxford University Press, 2007. Introdução e Conclusão.

Complementar:

- EVANS, Peter (Org.). *Intituciones y desarrollo en la era da la globalización neoliberal*. ILSA, Bogotá, 2007. Introdução e capítulos 1, 5, 7, 8, 9 e 14.
- EWALD. François. A Concept of Social Law. In: *Dilemmas of Law in the Welfare State*. Walter de Gruyter - New York-Berlim (p. 40-75).
- HAURIUO, Maurice. A Teoria da Instituição e da Fundação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009. Tradução de José Ignacio Coelho Mendes Neto, pp. 11-54.
- HOWLETT, Michael. From the ‘old’ to the ‘new’ policy design: design thinking beyond markets and collaborative governance. In: *Policy Sci* (2014) 47:187–207. DOI 10.1007/s11077-014-9199-0.
- MACEDO Jr., Ronaldo Porto. O conceito de direito social e racionalidades em conflito: Ewald contra Hayek. In *Ensaio de Teoria do Direito*. São Paulo: Saraiva, cap 2, 2013, p. 57-107.
- MIRRELES, J. et al. *Tax by design*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- SANTI ROMANO. *O Ordenamento Jurídico*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. Tradução de Arno Dal Ri Jr., pp. 59-134.
- VERMEULE, A.. *Mechanisms of Democracy Institutional Design Writ Small*. Oxford: Oxford University Press, 2007. Capítulos 1-7.
- VERMEULE, A.; SUSTEIN, Cass R.. Interpretation and institutions, 101 *Mich. L. Rev.*, n. 885, 2003. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1790&context=mlr>.
- _____. The New Coke: On the Plural Aims of Administrative Law (July 16, 2015). Supreme Court Review, Forthcoming; *Harvard Public Law Working Paper No.* 16-23. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2631873> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2631873>.

Aula 10: (Re)pensar o Direito com Políticas Públicas

Bibliografia

Obrigatória:

- BUCCI, Maria Paula Dallari Bucci. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas públicas. *Fórum administrativo: direito público*, Belo Horizonte, v. 9, n. 104, out. 2009.

CORVAL, P. R. S.. Análise Integral do Direito (AID): primeiras aproximações e apontamentos para a pesquisa no direito público. *Revista de informação legislativa: RIL*, v. 54, n. 213, p. 81-111, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/213/ril_v54_n213_p81.

Complementar:

BARCELLOS, Ana Paula de. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais. In: SARLET, I. W.; TIMM, L. B. (org.). *Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Desenvolvimento: Uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. Políticas públicas e o Dirigismo Constitucional. In: *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional (Anais do IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional)*. v. 3. Curitiba: Academia Brasileira de Direito Constitucional, 2003.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 25-44 e p. 205-284.

_____. e COUTINHO, Diogo. Arranjos jurídico-institucionais da política de inovação tecnológica. Uma análise baseada na abordagem de Direito e Políticas Públicas. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEM, Pedro Salomon B. (org.) *Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais*. São Paulo: Blucher, 2017, pp. 313-340.

_____. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

COUTO, Cláudio Gonçalves e Arantes, Rogério Bastos. *Constituição ou políticas públicas? Uma avaliação dos anos FHC*. In: *O Estado numa era de reformas: os anos FHC*, organizado por Luiz Fernando Abrucio e Maria Rita Loureiro Durand. Brasília: Enap, 2002.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Gasparetto. Dimensões da constitucionalização das políticas públicas. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 273, p. 237-267, set./dez. 2016.

GERVASONI, Tássia A.; GERVASONI, Tamiris. Jurisdição constitucional e controle de políticas públicas: uma realidade necessária para a concretização dos direitos fundamentais. In: *Meritum – Belo Horizonte* – v. 9 – n. 2 – p. 393-418 – jul./dez. 2014.

SLAGSTAD, Jon. Liberal Constitutionalism and its critics: Carl Schmitt and Max Weber. In: ELSTER, Jon e SLAGSTAD, Rune. *Constitutionalism and Democracy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p.103–130.

PRAÇA, Sérgio; NORONHA, Lincoln. Políticas Públicas e a Descentralização da Assembleia Constituinte Brasileira, 1987-1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 131-148, fev. 2012.

RASCH, B.E.. Foundations of Constitutional Stability: Veto Points, Qualified Majorities, and Agenda-Setting Rules in Amendment Procedures. In: ECPR JOINT SESSIONS OF WORKSHOPS, Rennes, France, 11-16 April 2008.

RASCH, B. E.; CONGLETON, R. D.. Amendment Procedures and Constitutional Stability. In: CONGLETON, R. D.; SWEDENGORG, Birgitta (eds.), *Democratic Constitutional Design and Public Policy. Analysis and Evidence*. Massachusetts: MIT Press, 2006, p. 319-342.

Aula 11: Política fiscal: orçamento e despesa.

Bibliografia

Obrigatória:

- CORVAL, P. R. S.. A sétima tese: uma contribuição ao pensamento jurídico-financeiro no Brasil. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, v. 22, p. 67-90, 2014.
- RESENDE, Fernando. *A política e a economia da despesa pública: escolhas orçamentárias, ajuste fiscal e gestão pública: elementos para o debate da reforma do processo orçamentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Apresentação, Introdução, Capítulos 1, 2 e Conclusão.

Complementar:

- CEPAL. Desarrollo social inclusivo: una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad em América Latina y el Caribe, 2015. Introdução e capítulo 1.
- CREMADES, Raquel Coelho. *Presupuestos con perspectiva de género en América Latina: una mirada desde la economía institucionalista y feminista*. 2016. Tese (Doutor em Ciências Econômicas) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2016.
- DOMINGUES, José Marcos (coord.). *Direito Financeiro e Políticas Públicas*. Editores: Editora GZ, 2015. Capítulos 1, 2, 4, 5, 7, 10 e 11
- GARSON, Sol. *Planejamento, orçamento e gasto com políticas públicas: uma metodologia de apuração para Estados e Municípios [recurso eletrônico]*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.
- GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O.. Política fiscal em perspectiva: o ciclo de 16 anos (1999-2014). In: *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 417-447, set-dez/2015.
- OLIVEIRA, V. R.; CORREA, F. M.. Não neutralidade fiscal, gastos públicos e agentes heterogêneos. In: *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 144-176, jan-abr/2016.
- PINTO, Élidea Graziane et al.. Política Pública e Controle. Um Diálogo Interdisciplinar em Face da Lei Nº 13.655/2018, que Alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Fórum, 2018.
- RDA, 2018. Edição Especial - Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro - LINDB (Lei nº 13.655/2018). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/view/4255>.
- RESENDE, Fernando; CUNHA, Armando (aut.). *A política e a economia da despesa pública: escolhas orçamentárias, ajuste fiscal e gestão pública: elementos para o debate da reforma do processo orçamentário*. In: CAMPOS, Cesar Cunha (org.). FGV Projetos n. 20. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- RESENDE, Fernando. *A montanha mágica: uma breve história da formação e deformação de nosso orçamento*. In: FGV Projetos n. 21. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto. *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. Rio de Janeiro: Record, 2016. Introdução e Capítulos 1, 3, 4, 6 e 10. TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário, v. I. Constituição Financeira, Sistema Tributário e Estado Fiscal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

- TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário, v. V. O Orçamento na Constituição. 3 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2008.
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Aula 12: Política fiscal: tributação (1).

Bibliografia

Obrigatória:

- CORVAL, P. R. S.. De volta à teoria da tributação. In: *Revista de Direito Público Contemporâneo*, v. 1, p. 006-032, 2017.
- HANNI, M.; MARTNER, R.. Impacto redistributivo das políticas fiscais na América Latina revisitado. In: AFONSO, J.R.; LUKIC, M. R.; ORAIR, R.O.; SILVEIRA, F.G.. Tributação de Desigualdade. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, FGV Direito Rio, 2017, p. 421-450.
- LUKIC, Melina. Tributação e equidade social: fundamentos constitucionais e precedentes do STF. In: AFONSO, J.R.; LUKIC, M. R.; ORAIR, R.O.; SILVEIRA, F.G.. Tributação de Desigualdade. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, FGV Direito Rio, 2017, p. 529-544.

Complementar:

- AFONSO, J.R.; LUKIC, M. R.; ORAIR, R.O.; SILVEIRA, F.G.. Tributação de Desigualdade. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, FGV Direito Rio, 2017, p. 223-260; 251-500; 501-528; 625-670; 671-704; 745-760; 761ss.
- CASTRO, Marcus Faro de. Direito, Tributação e Economia no Brasil: aportes da análise jurídica da política econômica. In: *Revista PGFN*. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/007.pdf>
- COELHO, Cláudio Carneiro Bezerra Pinto. *O “novo” constitucionalismo e a (in) justiça fiscal no Brasil. in: Revista Brasileira de Direito*, nº 2, 2013. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/573>.
- GODOI, Marciano Seabra. Extrafiscalidad y sus limites constitucionales. *Revista Internacional de Direito Tributário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, v. 1, nº 1.
- GOUVÊA, Marcus de Freitas. *A Extrafiscalidade no Direito Tributário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- GONÇALVES, Oksandro Osdival; BONAT, Alan Luiz. Análise Econômica do direito, incentivos fiscais e a redução das desigualdades regionais. In: *Revista Jurídica da Presidência Brasília* v. 20 n. 121 Jun./Set. 2018 p. 381-407.
- LIMA, Rodrigo Silva. Janus em ação: uma apreciação marxista acerca do papel do fundo público. In: *Temporalis, Brasília (DF)*, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.
- PIRES, Adilson Rodrigues Pires et al.. *Políticas Públicas e Tributação*. G/Z Editora, 2018.

Aula 13: Política fiscal: tributação (2).

Bibliografia

Obrigatória:

- JIMÉNEZ, Juan Pablo. Desigualdade, concentração de renda e elites econômicas na América Latina: o papel da política fiscal. In: AFONSO, J.R.; LUKIC, M. R.;

ORAIR, R.O.; SILVEIRA, F.G.. Tributação de Desigualdade. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, FGV Direito Rio, 2017, p. 43-82.
APPY, B. Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. Interesse Nacional, v. 8, n. 31, p. 65-81, out./dez. 2015.

Complementar:

APPY, B.. Tributação e produtividade no Brasil. In: BONELLI, R.; VELOSO, F.; PINHEIRO, A. C. (Orgs.).
AFONSO, J.R.; LUKIC, M. R.; ORAIR, R.O.; SILVEIRA, F.G.. Tributação de Desigualdade. Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, FGV Direito Rio, 2017, p. 223-260; 251-500; 501-528; 625-670; 671-704; 745-760; 761ss.
ANFIP e FENAFISCO. Reforma Tributária Solidária; a reforma necessária. São Paulo, 2018. Disponível em:
LUKIC, Melina. *Reforma tributária no Brasil: ideias, interesses e instituições*. Curitiba: Juruá, 2014.
_____. Tributação sobre bens e serviços no Brasil: problemas atuais e propostas de reformas. Brasília: Ipea, 2017.
RESENDE, Fernando. AFONSO, José Roberto (org). *50 Anos de Reforma Tributária Nacional: origens e lições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
SACHSIDA, Adolfo; SIMAS, Erich Endrillo Santos. Reforma Tributária IPEA-OAB/DF. Rio de Janeiro: Ipea, OAB/DF, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33172.

Unidade IV – Aulas 14 e 15. Nesta unidade os discentes apresentarão trabalhos finais. As aulas servirão, também, para sintetizar conteúdos apreendidos e problematizar questões atinentes às políticas públicas na América Latina. Detalhes da atividade serão explicitados em aula.

Observação: Alguns temas para tratamento específico (sem desconsiderar as intenções declaradas pelo governo em curso de promover reformas atinentes à previdência, ao sistema tributário, à privatização, desestatização e parcerias na prestação de serviços, à liberação comercial, à redução de subsídios, à autonomização do BACEN e à Administração Pública).

Saúde. Texto básico para reflexão: capítulo 9 do livro “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos”, organizado por Marta Arretche. Também o texto “Globalización y desigualdades en salud: sobre la pretendida crisis del estado de bienestar”, de Josep Lluís Barona.

Educação. Texto básico para reflexão: capítulos 4 e 5 do livro “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos”, organizado por Marta Arretche.

Trabalho. Texto básico para reflexão: capítulo 14 do livro “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos”, organizado por Marta Arretche. Introdução e Capítulos 1 e 6 do livro de Gotts Esping-Andersen e

Marino Regini (Orgs.) “Why Deregulate Labour Markets?” Também “Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro”, Brasília: IPEA, 2014. Capítulo 11.

Comércio, Indústria e/ou Serviços. Texto básico para reflexão: capítulos 10 e 13 do livro “Capacidades Estatais e Democracia”, Ipea. Também “Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro”, Brasília: IPEA, 2014. Capítulo 10.

Política Urbana: saneamento, água e esgoto. Texto básico para reflexão: capítulos 12 e 13 do livro “Infraestrutura Social e Urbana no Brasil”, Ipea.

Política Agrícola. Texto básico para reflexão: introdução, conclusão e capítulo 1 da parte 1 do livro “Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil”. Também “Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro”, Brasília: IPEA, 2014. Capítulo 9.